

COMPLEXO HOSPITALAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, HU-CFF - Bairro Cidade Universitária
Rio de Janeiro-RJ, CEP 21941-913
- <http://ch-ufjr.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23877.020518/2025-12

TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO TRADICIONAL

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a Contratação, por meio de pregão tradicional, de Contratação de serviço de Terapia Renal Substitutiva, através dos métodos de Hemodiálise, Hemodiafiltração, Diálise Peritoneal e Plasmáfereze e Implante de Cateter para diálise, em pacientes internados no IPPMG, a fim de atender as necessidades do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), hospital do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CH-UFRJ/Ebserh), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

2.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

2.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 45 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

2.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

2.5. O CH-UFRJ/Ebserh é vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e pertence a Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município do Rio de Janeiro e localidades, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

2.6. Este processo trata de contratação de serviços para realização de Terapia Renal Substitutiva, através dos métodos de Hemodiálise, Hemodiafiltração, Diálise Peritoneal e Plasmáfereze não realizados no IPPMG do Complexo Hospitalar UFRJ, visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS

2.7. Esta contratação ocupa um papel de destaque dentro do sistema de compras de um Hospital, uma vez que são serviços imprescindíveis para o controle e tratamento de pacientes com as mais variadas comorbidades, atendidos nas diversas clínicas de internação e unidade de terapia intensiva do IPPMG. O IPPMG, por ser habilitado em UTI Pediátrica tipo III, tem necessidade, conforme RESOLUÇÃO Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, de possuir assistência clínica nefrológica, incluindo realização de Terapia de Substituição Renal, seja ela hemodiálise ou diálise peritoneal, além de equipe de enfermagem especialista que realize atendimento a estes pacientes. Atualmente, não há no quadro operacional, equipe, equipamentos médicos e materiais necessários para que se realizem estes procedimentos, sendo assim, a justificativa para processo licitatório presente.

2.8. A hemodiálise é um tratamento especializado, no qual se realiza a filtragem das substâncias indesejáveis do sangue através de uma máquina, atuando como um rim artificial. Ela consiste em um tratamento imprescindível para manutenção da vida de pessoas com insuficiência renal, aguda ou crônica, não substituível por outro tipo de tratamento, sendo essencial para o tratamento dos agravos que acometem os pacientes internados, principalmente em unidades como a Unidade de Urgência e Emergência, Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica e Unidade da Criança e do Adolescente.

2.9. O IPPMG não dispõe de estrutura para o serviço de hemodiálise, devido a inexistência de infraestrutura física, equipamentos adequados, bem como dificuldade de manutenção dos materiais necessários para funcionamento do serviço, conforme estabelecido na legislação. Ademais, é necessário destacar o déficit de recursos humanos para atender e garantir o atendimento de hemodiálise, de forma integral e qualificada. Desta forma, a contratação do serviço terceirizado, em decorrência de execução própria, se faz necessária em virtude da indisponibilidade de mão-de-obra, equipamentos, insumos destinados a faixa etária pediátrica e estrutura física. A adequação destes fatores impeditivos não são passíveis de solução a curto prazo, pois, levando em consideração as deficiências citadas e os altos custos para implementação, típicos deste serviço, necessitariam de um projeto específico para avaliar sua viabilidade, junto ao Setor de Infraestrutura Física e Setor de Engenharia Clínica, além da viabilidade orçamentária. Destaca-se que não há previsão da contratação de profissionais relacionados a este serviço, via concurso ou processo seletivo simplificado para esta filial, uma vez que se trata de serviço médico especializado, ressaltando também que apenas o preenchimento do quadro de funcionários por si só, seria ineficiente diante dos demais requisitos a serem observados na execução dos serviços.

2.10. Atualmente, o Hospital Universitário tem o Contrato de Serviço nº 013/2023 (SEI 23.877.002475/2025-93) cuja vigência se encerra em 27/11/25, com sinalização de prorrogação por no máximo 3 (três) meses por parte da Contratada. Assim, faz-se necessário o planejamento desta contratação a fim de garantir a continuidade do atendimento da demanda deste serviço, imprescindível a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados. A eventual indisponibilidade do serviço pode acarretar em interrupções de tratamentos, o que comprometeria o atendimento e a qualidade de vida de pacientes, além de risco de morte, contrariando o cumprimento da missão institucional.

2.11. Diante do exposto, considerando o contexto atual, entende-se que a presente contratação se destina a preservar o atendimento dos princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, garantindo o atendimento dos serviços assistenciais relacionais à hemodiálise aos usuários do SUS, além de apoiar nas atividades de ensino desta Instituição.

2.12. A contratação deste Termo de Referência encontra amparo legal no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pela Lei 14.133/2021.

2.13. **DA EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS:**

2.13.1. Os serviços a serem contratados se enquadram nas atividades previstas no art. 4º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, cuja execução indireta seria vedada, visto que demandam a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Planos de Cargos e Salários da Ebserh. Contudo, conforme abordado na necessidade da contratação, diante do contexto relatado, esta se destina a preservar o atendimento dos princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, considerando o impacto negativo e determinante ao Serviço de Pronto Atendimento, pelos graves riscos assistencial e de ensino citados, decorrentes do déficit de médicos de clínica geral. Assim, visa-se garantir o atendimento aos usuários do SUS, advindos do município de Rio de Janeiro/RJ e outros municípios do Estado, além de apoiar as atividades de ensino desta Instituição, viabilizando o cumprimento da missão institucional.

2.13.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do §4º do art. 4º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, a seguir transcrito:

"§ 4º O Conselho de Administração ou órgão equivalente das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União estabelecerá o conjunto de atividades que serão passíveis de execução indireta, mediante contratação de serviços."

2.13.3. Nesse sentido, foi editada a Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração, que trata da diretrizes para execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

2.13.4. Além disso, o objeto da contratação está previsto nos incisos I e VIII, do artigo 3º da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração, que elenca as atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh e que serão passíveis de execução indireta, mediante contratação de serviços, a seguir transcrito:

- I: serviços de análises químicas, físicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas, de apoio diagnóstico e terapêutico e congêneres;
- VIII. Serviços de assistência direta à saúde do paciente, desde que comprovadamente tenham sido esgotadas as medidas administrativas para que os cargos envolvidos sejam providos por meio de concurso público ou, se for o caso, por processo seletivo simplificado, e mantidos esforços para a execução indireta perdure apenas pelo período necessário para o efetivo provimento por meio de concurso público. "

2.13.5. Ou seja, a presente contratação pode ser terceirizada, nos termos da Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração.

2.13.6. Tendo em vista o exposto, reforça-se a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de terapia de substituição renal aos pacientes assistidos no CH-UFRJ, filial EBSERH, trazendo benefícios para a população aqui assistida.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. O CH-UFRJ/Ebserh é credenciado pelo Sistema Único de Saúde para prestar assistência à saúde, com ênfase na atenção especializada, na formação de recursos humanos e na produção de conhecimento em saúde, tendo como responsabilidade desenvolver a assistência em saúde com eficiência, qualidade e segurança e, de forma indissociável e integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão.

3.2. A escolha da solução será a contratação através de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, característica Tradicional, com formalização contratual e vigência inicial de 12 (doze) meses, tendo em vista o caráter continuado do objeto, podendo ser prorrogado desde que observadas as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE) e legislação vigente

3.3. O presente termo de referência visa orientar o processo de contratação e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a execução das atividades, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição.

3.4. A descrição dos itens presentes nesta contratação foi realizada pelo CH-UFRJ considerando as instalações existentes e suas especificidades no dimensionamento das quantidades. Ainda, informa-se que na descrição do serviço foi tomada a cautela necessária para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários.

3.5. O objeto especifica os serviços a serem executados pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

3.6. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, **prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.**

3.7. **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS:**

3.7.1. Na tabela abaixo, encontra-se o detalhamento da planilha de forma a permitir a visualização da especificação e quantitativo estimado anual:

Grupo	Item	Descrição	Quantidade anual IPPMG	Unidade	CATSER
	1	DIÁLISE PERITONEAL INTERMITENTE	250	Unidade	6190
	2	HEMODIÁLISE CONTÍNUA	150	Unidade	6203
	3	HEMODIÁLISE	100	Unidade	6203

1		PROLONGADA			
	4	HEMODIÁLISE INTERMITENTE OU CONVENCIONAL (HDI)	250	Unidade	6203
	5	HEMOFILTRAÇÃO / HEMODIAFILTRAÇÃO (CRRT) CONTÍNUA	100	Unidade	6238
	6	PLASMAFÉRESE	30	Unidade	6246

1 (uma) unidade equivale a 1 (uma) sessão.

3.7.2. O serviço de que trata este termo de referência estão especificados em um total de 06 (seis) itens:

3.7.3. ITEM 1: DIÁLISE PERITONEAL:

Serviço Médico para realização de Terapia de Substituição Renal em paciente internado no IPPMG.

O procedimento deverá ser realizado no IPPMG. Deverá estar incluso na proposta todos os insumos necessários para a realização do procedimento, tais como: equipamentos, materiais descartáveis, recursos humanos (técnico de enfermagem para realização da diálise peritoneal) com treinamento para realização dos procedimentos, equipamento de proteção Individual, honorários, medicamentos, transporte, Etc, destinado ao atendimento de pacientes com insuficiência renal crônica ou aguda, conforme prescrição médica, visando garantir tratamento contínuo, seguro e eficaz.

A diálise peritoneal consiste em método terapêutico de substituição da função renal, utilizando o peritônio como membrana semipermeável para remoção de toxinas e excesso de líquidos do organismo.

3.7.4. DESCRIÇÃO GERAL PARA OS ITENS 2 À 4:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Hemodiálise, destinados ao atendimento de pacientes com insuficiência renal crônica ou aguda, conforme prescrição médica e normas sanitárias vigentes, dos paciente internado no IPPMG.

O procedimento deverá ser realizado no IPPMG. Deverá estar incluso na proposta todos os insumos necessários para a realização do procedimento, tais como: equipamentos, recursos humanos (técnico de enfermagem para realização da hemodiálise) com equipe técnica especializada, manutenção, suporte assistencial e operacional, fornecimento do cateter para implantação e troca do cateter para hemodiálise, medicamentos e materiais médico hospitalares, Equipamento de Proteção Individual, honorários, transporte, Etc.

A Hemodiálise é um procedimento de terapia renal substitutiva que promove a remoção de toxinas, excesso de líquidos e correção de distúrbios hidroeletrólíticos do sangue por meio de circulação extracorpórea, utilizando equipamento específico (máquina de hemodiálise) e filtro dializador.

A contratação visa garantir tratamento contínuo, seguro, eficaz e em conformidade com as diretrizes clínicas e regulatórias aplicáveis. O serviço deverá ser prestado de forma regular, contínua e ininterrupta, garantindo segurança do paciente, qualidade assistencial e conformidade com os protocolos clínicos do SUS.

As hemodíalises serão divididas entre três itens diferentes (itens 2, 3 e 4), conforme duração do procedimento. Desta forma, a proposta deve ser elaborada considerando o período de duração de cada tipo de hemodiálise:

3.7.4.1. ITEM 2: HEMODIÁLISE CONTÍNUA (Precificação a cada ciclo de 12 horas):

Modalidade estendida de terapia renal substitutiva, realizada geralmente em pacientes críticos, com duração maior que a hemodiálise prolongada, visando melhor tolerância hemodinâmica, mas com menos de 24 horas de duração. Utiliza-se da técnica de difusão predominantemente sobre a convecção, sujeitando o paciente instável a impactos hemodinâmicos negativos, não sendo tolerada por todos os pacientes críticos.

3.7.4.2. ITEM 3: HEMODIÁLISE PROLONGADA (Precificação considerando o período de duração do procedimento entre 6 e 12 horas):

Modalidade intermitente estendida de terapia renal substitutiva, realizada geralmente em pacientes críticos, com duração maior que a hemodiálise convencional, visando melhor tolerância hemodinâmica. Tem menos tolerância que a modalidade contínua (item 2).

3.7.4.3. ITEM 4: HEMODIÁLISE INTERMITENTE OU CONVENCIONAL (HDI) (Precificação considerando o período de duração do procedimento de até 6 horas):

Modalidade convencional, realizada em sessões programadas, com alta taxa de depuração em curto período. Geralmente realizada em pacientes crônicos e requer estabilidade hemodinâmica do paciente.

3.7.5. ITEM 5: HEMOFILTRAÇÃO / HEMODIAFILTRAÇÃO (CRRT) CONTÍNUA:

O procedimento hemodiafiltração realizado a beira do leito dos pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva e nos setores de internação e emergência do IPPMG - CH-UFRJ e fornecimento do cateter a ser utilizado na hemodiafiltração. A precificação é de 24h de terapia a cada dia e utiliza equipamento diferente das demais modalidades de hemodiálise.

É uma modalidade de terapia renal utilizada principalmente em pacientes críticos, hemodinamicamente instáveis, internados em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), permitindo depuração lenta e contínua de solutos e controle rigoroso do balanço hídrico ao longo de 24 horas.

Esta modalidade combina mecanismos de difusão e convecção e é realizada de forma ininterrupta por 24 horas. Esta modalidade é o padrão ouro para pacientes críticos instáveis, com maior custo e complexidade.

3.7.6. ITEM 6: PLASMAFÉRESE:

A Plasmaférese terapêutica é um procedimento extracorpóreo de aférese no qual o plasma do paciente é removido e substituído por soluções apropriadas, com o objetivo de eliminar substâncias patogênicas circulantes, tais como autoanticorpos, imunocomplexos, crioglobulinas, toxinas e mediadores inflamatórios. O procedimento tem como finalidade: Redução rápida de fatores patológicos circulantes; Modulação da resposta imunológica; Tratamento de doenças autoimunes, hematológicas, neurológicas, renais e metabólicas; Suporte terapêutico em situações clínicas graves e agudas.

O processo visa a Contratação de Serviço de terapia de substituição renal para realização de plasmaférese por filtração em paciente internado no IPPMG. O procedimento deverá ser realizado no IPPMG. Deverá estar incluso na proposta todos os insumos necessários para a realização do procedimento, tais como: equipamentos, recursos humanos (técnico de enfermagem para realização da plasmaférese), fornecimento do cateter para implantação e troca do cateter para plasmaférese, medicamentos e materiais médico hospitalares, Equipamento de Proteção Individual, honorários, transporte, Etc.

3.8. DADOS HISTÓRICOS

3.8.1. O quantitativo de sessões definidas possui caráter estimativo, podendo sofrer variações de acordo com a demanda assistencial da contratante. O quantitativo total estimado foi calculado com base no histórico do serviço e margem de segurança, conforme detalhado no Relatório de Hemodiálise 2025. Assim, garantindo a contratação de serviços para realização de procedimentos de terapia de substituição renal, nas unidades de internação e terapia intensiva pediátrica no IPPMG do Complexo Hospitalar UFRJ, para suprir a demanda da instituição. Para cada serviço, considera-se o período de um contrato vigente, caso haja, o perfil de utilização e a margem de segurança que é

acrescentada ao quantitativo historicamente consumido, destinada a absorver os picos e oscilações de demanda causados por diversos fatores imprevisíveis.

Relatório de Hemodiálise 2025	
jan/25	
Procedimento	Quantidade
DPAP	42
HDCP	8
HDPP	8
fev/25	
Procedimento	Quantidade
DPAP	28
HDPP	2
HDIP	4
mar/25	
Procedimento	Quantidade
DPAP	24
HDIP	6
abr/25	
Procedimento	Quantidade
DPAP	30
HDIP	11
mai/25	
Procedimento	Quantidade
HDIP	15
HPPP	4
DPAP	6
jun/25	
Procedimento	Quantidade
HDIP	7
jul/25	
Procedimento	Quantidade
HDPP	1
HDCP	3
HDIP	20
ago/25	
Procedimento	Quantidade
HDIP	33
set/25	
Procedimento	Quantidade
HDIP	26
out/25	
CVVHDF	2
HDPP	9
HDIP	17

3.8.2. A prestação dos serviços consistirá em terapia renal substitutiva, com a adoção de sistemas e tecnologias atualizadas, bem como de materiais e apoio técnico operacional qualificado, licença e obrigações inerentes à atividade, necessário à execução dos serviços objeto do presente estudo, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado.

3.9. LOCAL DE EXECUÇÃO:

3.9.1. Os serviços deverão ser executados nas suas diversas unidades de internação (UCA), emergência (UUE) e unidade de terapia intensiva pediátrica (UTIP), nas dependência do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) do Complexo Hospitalar da UFRJ, localizado na Rua Bruno Lobo 50, Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ,

3.10. **PARCELAMENTO DO OBJETO:**

- 3.10.1. A equipe de planejamento concluiu em seus estudos que o agrupamento do objeto é a melhor solução para a contratação em tela, visto que a sua divisão é menos eficiente técnica e economicamente, pois o paciente deverá ser avaliado 2 (duas) vezes para realização do procedimento prescrito por equipes diferentes.
- 3.10.2. A adoção de AGRUPAMENTO DOS ITENS justifica-se pela similaridade dos serviços, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado, e gerando uma economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento, conforme justificativa abaixo detalhada.
- 3.10.3. Os Serviços são semelhantes e complementares, sendo muitas vezes uma evolução natural no tratamento do mesmo paciente. Por exemplo, os itens 2 a 4 ocorrem evolutivamente de acordo com a tolerância do paciente, muitas vezes sem interrupção do procedimento. Por ex, programada uma dialise de 4 horas porém paciente não tolerou, sendo estendida para 6 ou para 12h. Não há lógica em chamar outra empresa para realizar o procedimento de mais tempo, uma vez que isso requereria desativação e reativação do cateter, com maior manipulação do mesmo, com risco maior de infecção e obstrução do mesmo, além de atrasar o tratamento do paciente. Além disso, a fidelização dos profissionais da empresa ao atendimento dos pacientes do hospital e ao relacionamento com a equipe de saúde facilita a comunicação, o conhecimento das rotinas dos serviços médicos do hospital, melhorando a integração, facilitando os fluxos de trabalho e provendo melhor assistência ao paciente de forma mais integrada e assertiva.
- 3.10.4. Sendo a mesma empresa responsável por todos os procedimentos, que na verdade são modalidades de um mesmo tipo de terapia (substituição renal), o acesso e a prestação de serviços se torna mais direta e objetiva
- 3.10.5. Considerando que existe uma limitação na capacidade operacional e administrativa do Complexo Hospitalar para gerenciar grande número de contratos e dado a singularidade do objeto contratual; Considerando a existência de ganho de eficiência na gestão contratual resultante do agrupamento, uma vez que haveria mais de um fornecedor envolvidos na realização de um mesmo serviço se não houvesse o agrupamento, o que traria contratempos e grande dificuldade na compatibilização das demandas.
- 3.10.6. Assim, os serviços deverão ser julgados em apenas um grupo, pois além de guardarem relação entre si, possuem a mesma finalidade, assegurando uniformidade, compatibilidade e melhor gestão contratual.

3.11. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS:**

- 3.11.1. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como serviços comuns em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 32 da Lei 13.303/16, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.
- 3.11.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.11.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.12. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP:**

- 3.12.1. Conforme disposto no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123 de 2006, não será dado tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, pois considerando se tratar de um item cujo valor da reserva orçamentária para contratação é superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte.

3.13. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO:**

- 3.13.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a licitante **PODERÁ** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, nos seguintes horários, nas seguintes Unidades do CH-UFRJ:
- IPPMG: das 9h00min às 11h00min , devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 3938-4804 com a USUR do CH-UFRJ/Ebserh.
- 3.13.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 3.13.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação.
- 3.13.4. A não realização da vistoria, que é facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 3.13.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 3.13.6. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados nos Anexos:
- Anexo 1: Declaração de realização de vistoria (SEI 56405081)
 - Anexo 2: Declaração de opção de dispensa de realização de vistoria (SEI 56405084)

3.14. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada precisará disponibilizar materiais:

3.14.1. **ITEM 1: DIÁLISE PERITONEAL:**

Cateter modelo tenckhoff de tamanho pediátrico
Equipo especial para diálise peritoneal
Termo de Referência - SEI - atualizado (57987850) SEI 23877.020518/2025-12 / pg. 5

Clamp, material plástico, tipo apreensão, aplicação para bolsa de diálise peritoneal
Tampa protetora, aplicação desconexão p/diálise peritoneal ambulatorial (capd), esterilidade estéril, apirogênico, atóxico, embalagem individual, características adicionais esponja impregnada c/pvpi p/ equipo transferência
Solução para diálise peritoneal, composição glicose, sódio, cálcio, magnésio, cloreto, lactat o, concentração 1 cerca de 1,5% + 135 meq/l + 3,5 meq/l + 1 meq/l, concentração 2 100 meq/l + 40 meq/l, características adicionais em sistema fechado, c/ sistema de aplicação
Solução para diálise peritoneal, composição glicose, sódio, cálcio, magnésio, cloreto, lactat o, concentração 1 cerca de 2,5% + 135 meq/l + 3,5 meq/l + 1 meq/l, concentração 2 100 meq/l + 40 meq/l, características adicionais em sistema fechado, c/ sistema de aplicação
Solução para diálise peritoneal, composição glicose, sódio, cálcio, magnésio, cloreto, lactat o, concentração 1 cerca de 4,25% + 135 meq/l + 3,5 meq/l + 1 meq/l, concentração 2 100 meq/l + 40 meq/l, características adicionais em sistema fechado, c/ sistema de aplicação
Equipo especial, aplicação p/ diálise peritoneal, número vias torneira 3 vias, derivação em y, material pvc cristal, tipo ponteira rígida perfurante, c/tampa, tipo pinça regulador de fluxo e corta fluxo, tipo conector escalonado e luer c/ tampa, características adicionais duas buretas graduadas, pediátrico, esterilidade estéril, descartável
Bolsas de drenagem e infusão
Sistema de conexão (conjuntos de transferência)
Linhas, equipos e descartáveis necessários ao procedimento
Materiais para assepsia e segurança do paciente
Insumos compatíveis com os equipamentos fornecidos
Cicladoras automáticas para Diálise Peritoneal Automatizada (DPA)
Suportes, acessórios e componentes necessários ao pleno funcionamento
Equipamentos em perfeito estado de conservação, com registro ativo na ANVISA.

3.14.2. **ITENS 2 à 4: HEMODIALISES:**

Kit de cateter duplo lumen para hd
Kit de cateter triplo lumen para hd
Linhas de sangue arterial e venosa
Dialisador com membrana biocompatível
Concentrado para hemodiálise básico
Concentrado para hemodiálise ácido
Isolador de pressão
Anticoagulantes (citrato ou heparina) e Alteplase
Máquinas de hemodiálise em perfeito estado de funcionamento
Sistema de tratamento de água (osmose reversa ou equivalente)
Monitores multiparâmetros, bombas de infusão e equipamentos auxiliares
Manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata em caso de falha
Insumos: Dialisadores (capilares) compatíveis com as máquinas utilizadas
Solução fisiológica para lavagem dos cateteres e circuitos
Luvas de procedimentos, luva estéreis, seringas, agulhas, equipos de solução parenteral e materiais descartáveis
Medicamentos e materiais necessários à segurança do procedimento, conforme protocolo assistencial

3.14.3. **ITEM 5. HEMOFILTRAÇÃO / HEMODIAFILTRAÇÃO (CRRT) CONTÍNUA:**

Kit de cateter duplo lumen para hd
Kit de cateter triplo lumen para hd
Bolsa de solução eletrolítica 5 l para terapia contínua
Bolsa vazia de 5 l coletora
Citrato 4%;
Anticoagulantes (citrato ou heparina) e Alteplase
Kit com membrana de alta biocompatibilidade que incluem capilar (fibra ótica de acrilonitrila, metalilsulfona, linha arterial e venosa, acoplados o que permite prime de baixo volume)
Máquinas de hemodiálise em perfeito estado de funcionamento
Sistema de tratamento de água (osmose reversa ou equivalente);
Bombas de infusão e equipamentos auxiliares
Manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata em caso de falha
Insumos: Dialisadores (capilares) compatíveis com as máquinas utilizadas
Solução fisiológica para lavagem dos cateteres e circuitos
Luvas de procedimentos, luva estéreis, seringas, agulhas, equipos de solução parenteral e materiais descartáveis
Medicamentos e materiais necessários à segurança do procedimento, conforme protocolo assistencial.

3.14.4. **ITEM 6. PLASMAFÁRESE:**

Equipamentos: Equipamento de aférese ou máquina de hemodiálise compatível com plasmaférese
Sistemas de controle de fluxo, pressão e alarmes de segurança
Equipamentos com registro ativo na ANVISA
Manutenção preventiva e corretiva garantida.
Insumos: kit de cateter duplo lumem para hemodialise
kit cateter triplo lumem para hemodialise
Filtros ou centrífugas específicas
Linhas e circuitos extracorpóreos
Soluções de reposição, conforme prescrição: albumina humana, plasma fresco, solução cristaloide
Anticoagulantes (citrato ou heparina) e Alteplase
Luvas de procedimentos, luva estéreis, seringas, agulhas, equipos de solução parenteral e materiais descartáveis
Medicamentos e materiais necessários à segurança do procedimento, conforme protocolo assistencial, Insumos com registro na ANVISA
Solução fisiológica para lavagem dos cateteres e circuito

3.14.5. **Informações relevantes para os materiais disponibilizados - válidos para todos os itens:**

- 3.14.5.1. A Contratada deverá fornecer todos os materiais e saneantes para higienização dos equipamentos; Os saneantes devem estar de acordo com as determinações da ANVISA.
- 3.14.5.2. A Contratada deverá fornecer termohigrômetro para controle do material fornecido para terapia de substituição renal, bem como a planilha para controle da temperatura e umidade, que deve ser mantida dentro do estabelecido pela ANVISA.
- 3.14.5.3. Todos os insumos deverão estar com validade vigente e acondicionamento conforme normas sanitárias;
- 3.14.5.4. A CONTRATADA deverá garantir o fornecimento contínuo e suficiente desses materiais, de forma a não comprometer a realização dos exames em pacientes pediátricos e neonatais;
- 3.14.5.5. Em caso de não atendimento a esse requisito, eventuais prejuízos ao diagnóstico ou repetição de exames correrão por conta exclusiva da CONTRATADA

3.15. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**

- 3.15.1. Nos preços cotados deverão ser incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
- 3.15.2. Dispensará Planilha de Custos, pois o serviço prestado pode ser avaliado tecnicamente de forma objetiva na formação do mapa de preços. Ademais, os fornecedores, em razão do item anterior do Termo de Referência, devem elaborar a proposta contemplando todos os custos relacionados à prestação de serviços.

3.16. **TRANSIÇÃO CONTRATUAL:**

- 3.16.1. Em relação à transição contratual, o contrato atual tem vigência até 27/11/2025, sem interesse de renovação por mais um ano por parte da Contratada, sinalizando com a possibilidade de prorrogação por um prazo de 3 (três) meses. Portanto, é necessário efetivar a contratação até fevereiro de 2026 para garantir a continuidade do serviço após o encerramento do Contrato 13/2023.
- 3.16.2. Durante o tempo requerido para executar a transição contratual, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo esforço adicional que necessite dedicar à tarefa de completar a transição, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 3.16.3. O período para a execução da transição contratual, momento este em que se dará a movimentação dos equipamentos e demais materiais constantes do contrato a ser celebrado, será acordado entre CONTRATADA e CONTRATANTE, visando a não interrupção das atividades, bem como evitando problemas na execução contratual.

4. **REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

4.1. **REQUISITOS GERAIS:**

- 4.1.1. Os serviços terão início em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
- 4.1.2. A contratada deverá atender as demandas de procedimentos da contratante 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 07 (sete) dias da semana, conforme requisição realizada por médico do IPPMG - CH-UFRJ/EBSEH.
- 4.1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar manual com os procedimentos que devem ser adotados para coleta e para o correto preparo para o envio das amostras. O manual poderá ser enviado através de meio eletrônico para a CONTRATANTE.
- 4.1.4. A contratada deverá manter meio de comunicação, rápido e disponível, informando, obrigatoriamente, números telefônicos atualizados e com ampla divulgação para que seja prontamente acionada, em caso de necessidade.
- 4.1.5. O atendimento da demanda não poderá exceder a 01 (uma) hora, exceto os casos previamente agendados.
- 4.1.6. A empresa contratada deverá se responsabilizar sobre todos os processos que antecedem o ato de substituição renal, seja em casos agendados ou de urgência, tais como:
 - a) Responder ao chamado/solicitação do médico do IPPMG com indicação da terapia substitutiva renal;
 - b) Disponibilizar os meios necessários para realizar a diálise;
 - c) Responsabilizar-se pelas avaliações e reavaliações, intercorrências ou não, em pacientes candidatos a diálise ou em tratamento dialítico;
 - d) Responsabilizar-se pelas avaliações e tratamentos de substituição renal em pacientes dialíticos.

4.1.7. A empresa deverá dispor, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade toda a mão-de-obra: especializada, competente e indispensável, com a devida habilitação: Enfermeiro Especializado em Nefrologia: habilitados para administrar o tratamento de hemodiálise, monitorar os pacientes durante o procedimento, lidar com emergências e fornecer cuidados gerais aos pacientes com doença renal. Técnico de Hemodiálise: responsáveis por operar as máquinas de hemodiálise, preparar os pacientes para o procedimento, monitorar as máquinas durante o tratamento e ajudar os pacientes com necessidades básicas. As solicitações de avaliações e procedimentos serão sempre demandadas por médico responsável do IPPMG.

4.1.8. O tratamento da água deve ser realizado com filtros pré e pós osmose reversa, garantindo a qualidade da água durante o procedimento. A Contratada deve realizar testes regulares, fornecer registros de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, e substituir os filtros conforme a legislação vigente. A Contratada deverá realizar testes regulares para garantir a qualidade da água com fornecimento de toda documentação comprobatória em laboratório credenciado sendo pré e pós osmose reversa, e pré e pós máquinas de hemodiálises.

4.1.9. Manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, sendo os mesmos de qualidade comprovada e quantidade necessária à boa execução dos serviços, devendo os danificados serem substituídos de forma a não causar descontinuidade do serviço.

4.1.10. Apresentar a descrição das verificações de qualidade realizadas garantindo a adequada operação das máquinas de hemodiálise e dos sistemas de tratamento de água, conforme solicitação da contratante.

4.1.11. A Contratada deverá observar o disposto na RDC Nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras Providências, bem como demais normativos e legislação pertinente ao objeto contratado.

4.1.12. O normativo supracitados não é exaustivo e não isenta a responsabilidade da empresa contratada quanto à observância daqueles eventualmente não listado, ou que venham a substituir o normativo vigente.

4.1.13. Manter pessoal habilitado, obrigatoriamente uniformizado, devidamente identificado através de crachás com fotografia recente e fazendo uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

4.1.14. Apresentar, sempre que solicitado, a composição química dos produtos, para análise e precauções com possíveis intercorrências que possam surgir com pacientes ou funcionários da Contratada, ou com terceiros;

4.1.15. Recursos humanos especializados: pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e de saúde do trabalhador;

4.1.16. A Contratada deverá dispor de médico nefrologista para atuar como Responsável Técnico e equipe mínima composta por:

a) Enfermeiro Especializado em Nefrologia: um enfermeiro, 24 horas/dia, de segunda-feira à domingo, habilitado para administrar o tratamento de hemodiálise, monitorar os pacientes durante o procedimento, lidar com situações de emergência e fornecer cuidados gerais aos pacientes com doença renal.

b) Técnico de Hemodiálise: um técnico, 24 horas/dia, de segunda-feira à domingo, responsável por operar as máquinas de hemodiálise, preparar os pacientes para o procedimento, monitorar as máquinas durante o tratamento e ajudar os pacientes com necessidades básicas.

- O enfermeiro e o técnico de enfermagem especializados em terapia substitutiva renal devem realizar assistência direta dos pacientes.

4.1.17. As solicitações de avaliações de pacientes para a realização de procedimentos de terapia de substituição renal serão demandadas pelos médicos do IPPMG - CH - UFRJ. A contratante deve fornecer equipamentos e ferramentas de tecnologia, informação e comunicação (TIC) inclusive serviço de telefonia fixa e móvel para atendimento das urgências.

4.1.18. O médico da Contratante é responsável pela inserção do cateter de hemodiálise, pelo acompanhamento e ajustes do tratamento hemodialítico em pacientes com necessidade de terapia de substituição renal, bem como pelas reavaliações e manejo de intercorrências em pacientes submetidos à hemodiálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção.

4.1.19. A contratada deve registrar em formulário específico para ser anexado ao prontuário todas as informações referentes à evolução clínica e a assistência prestada aos pacientes nas dependências do IPPMG, contendo registros de todos os profissionais envolvidos na assistência prestada.

4.1.20. A Contratada, previamente ao início dos serviços, deverá apresentar a relação de profissionais que atuarão nas dependências do IPPMG, bem como apresentar comprovantes de treinamento da equipe responsável pela execução da hemodiálise, incluindo atualizações regulares de conhecimento e procedimentos.

4.1.21. Deverá ser fornecido certificação dos treinamentos de uso do equipamento, constando carga horária, profissional responsável e tópicos abordados.

4.1.22. A Contratada deverá apresentar protocolos técnicos e assistenciais referente aos procedimentos de hemodiálise.

4.1.23. A Contratada deverá apresentar o Certificado de Registro dos Equipamentos utilizados no IPPMG, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou publicação do registro no Diário Oficial da União, além de outros documentos, tais como:

a) Manual do Produto contendo "Instruções de Uso", para comprovação das especificações técnicas, condições de manutenções e uso do equipamento.

b) Outras documentações técnicas que façam parte do conjunto de partes e acessórios utilizados no equipamento, se necessário;

c) plano de manutenções preventivas, que consiste em intervenção previamente planejada nos equipamentos, onde realiza-se um conjunto de ações de intervalos predeterminados e de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação de um equipamento, tendo como resultado um documento de Manutenção Preventiva individual, ou seja, por Equipamento Médico atendido.

4.2. **MANUTENÇÃO:**

4.2.1. A Contratada deverá executar as manutenções preventivas de acordo com as atividades e periodicidade definida nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante e registrar no cadastro do equipamento.

4.2.2. A documentação da manutenção preventiva deve ser encaminhada ao fiscal técnico do contrato.

4.2.3. A Contratada deve substituir ou corrigir todos os itens com indicação de substituição nas Manutenções Preventivas definidas nos Manuais de Operação e/ou nos Manuais de Serviço do Fabricante (tais como baterias, filtros, kits de peças, válvulas, coolers, borrachas, mangueiras, o-rings, vedações e etc.), sendo itens consumíveis ou não.

4.2.4. Todas as intervenções de cunho técnico realizadas no equipamento sendo: manutenções corretivas, calibrações, manutenções preventivas e qualificações necessárias, devem ser registradas e informadas ao fiscal técnico do contrato, sempre que solicitado.

4.2.5. Os documentos de registro das intervenções técnicas deverão constar no mínimo as seguintes informações:

- a) Identificação do Equipamento - nº de série;
- b) Data e Hora do Início e Término do Atendimento Técnico;
- c) Descrição do(s) problemas(s) encontrado(s);
- d) Descrição do(s) serviço (s) executado(s);
- e) Descrição de eventual(ais) pendência(s);
- f) Descrição de eventual(ais) peça(s) aplicadas(s);
- g) Status do Equipamento após o Atendimento Técnico;
- h) Nome/Assinatura do Responsável pelo Atendimento Técnico da CONTRATADA;
- i) Nome/Assinatura do Responsável pelo Aceite da CONTRATANTE.

4.2.6. Apresentar Programa de Garantia de Qualidade e calibrações atualizados dos equipamentos de Diálise na forma da lei conforme regulamento técnico para o funcionamento dos serviços de diálise, garantindo um desempenho que resulte na eficiência e eficácia do tratamento e na minimização dos riscos para os pacientes e operadores, conforme disposto na RESOLUÇÃO Nº 11 DE 13 DE MARÇO DE 2014 no qual estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos Serviços de Diálise;

4.2.7. A contratada será responsável pela execução das manutenções preventivas, corretivas e desinfecções (conforme manual técnico do fabricante e normas vigentes) das osmose reversas, e estes deverão conter todos os registros pertinentes da execução, inclusive dispondo de todos os meios necessários para realização destes, e contendo de todos os consumíveis e produtos químicos para tal, sendo filtros de micras e carvão ativado, membranas, e produtos químicos.

4.2.8. Deverá ser realizada a manutenção preventiva do equipamento de osmose reversa conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou trimestral. A cada preventiva a documentação deve ser encaminhada ao fiscal técnico do contrato.

4.3. **DESINFECÇÃO E TROCA DE FILTROS:**

4.3.1. A troca dos filtros deve ser feita em periodicidade recomendada pelo fabricante do equipamento e/ou da osmose reversa, devendo prevalecer a de menor prazo.

4.3.2. Deve ser realizada a troca dos filtros da osmose sempre que necessário, independente se ocorrer em tempo menor que a previsão da próxima troca.

4.3.3. O registro da troca para comprovação deve possuir o padrão do documento comprobatório citado anteriormente (constando no mínimo as seguintes informações:

- a) Identificação do Equipamento - nº de série;
- b) Data e Hora do Início e Término do Atendimento Técnico;
- c) Descrição do(s) problemas(s) encontrado(s);
- d) Descrição do(s) serviço (s) executado(s);
- e) Descrição de eventual(ais) pendência(s);
- f) Descrição de eventual(ais) peça(s) aplicadas(s);
- g) Status do Equipamento após o Atendimento Técnico;
- h) Nome/Assinatura do Responsável pelo Atendimento Técnico da CONTRATADA;
- i) Nome/Assinatura do Responsável pelo Aceite da CONTRATANTE.

4.3.4. O processo de desinfecção química e térmica sobre os equipamentos é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo dispor de produtos químicos pertinentes para tal, podendo ser de cunho diário, semanal, mensal, pós manutenção e de acordo com a periodicidade exigida nos manuais dos fabricantes ou legislações vigentes. Após a realização destas desinfecções, os profissionais da empresa deverão realizar testes e monitoramento com evidências de registro, com o propósito de demonstrar que todo o produto químico fora retirado sem riscos sobre o equipamento e estando apto para uso, estas requisitos se estendem tanto as máquinas de hemodiálise quanto ao sistema de tratamento de água portátil.

4.3.5. A Contratada deverá prestar os serviços conforme legislação atual, com base na RCD nº 11/2014, ou outra que venha a substituí-la.

4.3.6. A Contratada deverá encaminhar, mensalmente, relatório dos procedimentos realizados nos pacientes do IPPMG - CH UFRJ.

4.4. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.4.1. A título de condições de participação, será verificado a inexistência no quadro de administração da CONTRATADA de pessoas com influência ou envolvidas em decisão de interesse exclusivo da EBSEERH, em observância ao artigo 15, parágrafo único, da Política de Transações com partes relacionadas da empresa, a fim de afastar interesses secundários, ao qual será verificado por meio do link <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>.

4.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 de impedimento de licitar e de ser contratada pela Ebserh.

4.4.3. Ademais, a CONTRATADA deve apresentar declaração de que não possui administrador ou sócio que seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh, independente do percentual de participação no capital social da empresa.

4.4.4. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às condições de participação previstas no item 3 do edital.

4.5. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

- 4.5.1. A empresa contratada deverá enviar mensalmente ao gestor do contrato designado pelo CH-UFRJ relatório de serviços realizados, assinado por funcionário habilitado.
- 4.5.2. As cópias dos relatórios deverão ser anexadas às faturas correspondentes ao mês da efetiva realização dos serviços para que seja providenciado o atesto pelo gestor do contrato.
- 4.5.3. A CONTRATADA deve conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, inclusive no que concerne a Lei de proteção de dados.
- 4.5.4. A empresa CONTRATADA deverá realizar os serviços solicitados dentro do maior rigor científico, visando garantir a qualidade total dos mesmos.

5. **REGIME DE EXECUÇÃO:**

- 5.1. Quanto ao regime de execução, será adotado o regime de **Contratação por Preço Unitário**, em conformidade com o Art. 8º, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).
- 5.2. Esta modalidade é a mais adequada ao objeto, visto que a prestação dos serviços (terapia de substituição renal) se dará de acordo com a demanda flutuante e variável da Contratante.
- 5.3. O pagamento será realizado com base no somatório dos valores unitários das sessões efetivamente realizadas, sendo a execução limitada ao valor total máximo da contratação, conforme estabelecido no processo licitatório.

6. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

6.1. **TERMO DE CONTRATO:**

- 6.1.1. A execução dos serviços será iniciada na data da assinatura do contrato pelas partes ou a partir de ordem de serviço emitida pela Administração.
- 6.1.2. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.
- 6.1.3. Na análise do pedido de que trata o subitem anterior, a Administração deverá observar se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.
- 6.1.4. Os serviços serão executados conforme Termo de Referência, anexo do edital de licitação.
- 6.1.5. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por empregados e servidores públicos, Gestores e Fiscais, a serem designados pela autoridade competente.
- 6.1.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma do art. 161 e seguintes do RLCE 2.0.
- 6.1.7. Os pagamentos serão realizados mensalmente em conformidade com os serviços efetivamente prestados, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, além do relatório constando data da realização do exame, nome do usuário, exame realizado e valor correspondente ao serviço prestado.

6.2. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

- 6.2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, até o limite de 5 (cinco) anos, com base no artigo 147 do RLCE 2.0.
- 6.2.2. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas aos seguinte requisitos:
- I - Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - II - Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - III - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Ebserh;
 - V - Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
 - VI - Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 6.2.3. A denúncia contratual, concedido um aviso prévio, possa ser realizada a qualquer tempo, desde que preservado um prazo inicial mínimo de 90 (noventa) dias, antes que se efetive a extinção do contrato.
- 6.2.4. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0 somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.
- 6.2.5. Os contratos poderão sofrer alterações, por acordo entre as partes, nos termos do Art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 171 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.

7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO PROCESSO**

7.1. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- 7.1.1. A Contratada deverá atender as demandas de avaliações médicas e de realização de procedimentos, de segunda-feira a domingo, por 24 (vinte e quatro) horas diárias, conforme chamado/solicitação do médico do IPPMG, no prazo máximo de 01 (hora) horas a
- Termo de Referência - SEI - atualizado (57987850) SEI 23877.020518/2025-12 / pg. 10

contar do momento agendado para realização do procedimento, ou em caso de urgência até 02 (duas) horas, após o contato do médico da Unidade solicitante.

7.1.2. A Contratada deverá observar o disposto na RDC Nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras Providências, bem como demais normativos e legislação pertinente ao objeto contratado.

7.1.3. O normativo supracitados não é exaustivo e não isenta a responsabilidade da empresa contratada quanto à observância daqueles eventualmente não listado, ou que venham a substituir o normativo vigente.

7.1.4. A Contratada é responsável sobre todos os processos que antecedem o ato de substituição renal, seja em casos agendados ou de urgência.

7.1.5. A Contratada deverá fornecer método para o contato entre o IPPMG e o Serviço de diálise.

7.1.5.1. O médico do IPPMG deverá entrar em contato com a Contratada, via contato telefônico, mensagem de texto ou aplicativo próprio, informando a necessidade e a modalidade de diálise a ser realizada.

7.1.6. A Contratante deverá comparecer ao Hospital no prazo estipulado. Na hora agendada, quando forem procedimento não urgentes, e em até 2 (duas) horas após o contato médico, no caso de urgências.

7.1.7. A prescrição da terapia de substituição renal será realizada por médico da Contratante e enviada a Contratada por meio disponibilizado pela última. Esta prescrição deverá ser anexada ao prontuário do paciente e deverá ser checada pela enfermagem responsável pelo procedimento.

7.1.8. Na ocasião da chegada ao Hospital, a contratada deverá se dirigir a Unidade solicitante, providenciando a instalação dos equipamentos necessários a realização da terapia. Em caso de dificuldades, a Contratada deverá acionar os responsáveis do setor.

7.1.9. Todos os procedimentos realizados no pacientes deverão ser registrados em prontuário médico no sistema AghUX ou em equivalente.

7.1.10. O paciente deverá passar por avaliação clínica, aferição de sinais vitais e medição de glicemia, avaliação de fluidos corporais, níveis de eletrólitos e outros parâmetros relevantes antes de cada sessão de terapia de substituição renal.

7.1.11. O monitoramento do paciente deverá ser contínuo durante o procedimento, acompanhado do profissional de enfermagem habilitado à beira leito da Contratada.

7.1.12. O profissional de enfermagem deverá ser apto e realizar a manipulação dos cateteres de diálise peritoneal e/ou os acesso vasculares, como fístulas arteriovenosas ou enxertos, ou cateteres de curta e longa permanência, para realização de hemodiálise e plasmaférese. O profissional da Contratada deverá ser apto e realizar os curativos de forma asséptica e sinalizar ao médico e enfermeiro responsáveis no IPPMG em caso de intercorrências.

7.1.13. O enfermeiro da Contratada é responsável por supervisionar e capacitar o técnico de enfermagem, zelando pela manutenção das boas práticas da terapia renal e da assepsia e manutenção dos cateteres vasculares, prevenindo perdas por avulsão, infecção ou obstrução.

7.1.14. O técnico de enfermagem da Contratada é responsável pela "ativação" e "inativação" dos cateteres vasculares ou peritoneais e o mesmo deverá reportar todas intercorrências e problemas identificados.

7.1.15. O médico nefrologista pediátrico (da Contratante) deverá prescrever a solução de heparina ou de selamento do cateter de acordo com o primer do dispositivo e o técnico de enfermagem da Contratada deverá administrar esta solução conforme prescrito, visando evitar anticoagulação excessiva ou insuficiente do cateter, o que pode acarretar em sangramento profuso ou obstrução do cateter.

7.1.16. Em caso de utilização de Alteplase no cateter vascular ou no caso do selamento do cateter com antibióticos, o enfermeiro da contratada deverá vir ao IPPMG para administração da mesma.

7.1.17. O manuseio deve ser minizado com uso de dispositivo anti-refluxo valvulado, visando reduzir taxa de infecção e obstrução dos cateteres;

7.1.18. Registrar as condições do acesso vascular, fístula ou enxerto (localização, presença de foco infeccioso ou não, permeabilidade);

7.1.19. Manter as práticas de segurança prevenindo eventos adversos relacionados ao acesso vascular dos pacientes em hemodiálise, conforme legislação vigente.

7.1.20. Realizar e descrever as práticas de limpeza e desinfecção de equipamentos e áreas de trabalho após cada sessão de terapia renal, utilizando os saneantes pré-estabelecidos fornecidos pela Contratada, com data de abertura e validade dentro das especificações da ANVISA e da Comissão de controle de infecção hospitalar do IPPMG.

7.1.21. A contratada deve registrar em formulário específico para ser anexado ao prontuário todas as informações referentes à evolução clínica e a assistência prestada aos pacientes nas dependências do IPPMG, contendo registros de todos os profissionais envolvidos na assistência prestada.

7.1.22. A contratada deve garantir a assistência ao paciente em caso de intercorrências relacionadas ao processo de diálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção quando houver necessidade de remoção.

7.1.23. Deverá apresentar a lista de profissionais que utilizarão o equipamento nas dependências do IPPMG, bem como apresentar comprovantes de treinamento da equipe responsável pela execução da hemodiálise, incluindo atualizações regulares de conhecimento e procedimentos.

7.1.24. Deverá ser fornecido certificação dos treinamentos de uso do equipamento, constando carga horária, profissional responsável e tópicos abordados.

7.1.25. Apresentar protocolos técnicos e assistenciais referente aos procedimentos realizados pela contratada.

7.1.26. Quanto ao descarte dos resíduos, a contratada observará a disposto no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e serão respeitadas as demais normas técnico-sanitárias pertinentes editadas pela ANVISA e outros órgãos reguladores.

7.1.27. A contratada deverá encaminhar, mensalmente, relatório dos procedimentos realizados nos pacientes do IPPMG.

7.1.28. Fornecer todos os insumos e materiais necessários para a realização dos procedimentos observando as exigências sanitárias e legais para sua utilização.

7.1.29. Fornecer equipamentos de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados, no desempenho de suas funções, exercendo fiscalização para sua efetiva utilização e responsabilizando-se pelo rigoroso cumprimento das normas inerentes à segurança e saúde do trabalhador e relacionadas às atividades desenvolvidas.

7.1.30. Disponibilizar profissionais devidamente habilitados e capacitados, apresentando-se ao IPPMG uniformizados e devidamente identificados, por meio de crachá com foto, provendo-os de equipamentos de proteção individual - EPI's e demais materiais necessários ao desempenho de suas atividades.

7.1.31. A contratada deverá disponibilizar uma escala mensal de sobreaviso, contendo nome dos profissionais com respectivos contatos telefônicos e números de registros no conselho de classe respectivo.

7.1.32. Responsabilizar-se civil e criminalmente pela cobrança de qualquer valor dos pacientes oriundos do SUS, sendo que tal prática motivará a exclusão imediata do profissional e sua denúncia às autoridades políticas e judiciárias.

7.1.33. Assegurar que os prestadores de serviço:

a) Mantenham sigilo quanto às informações confidenciais, referentes aos pacientes, de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções;

b) Guardem absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e jamais utilizar seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade.

7.1.34. A CONTRATADA responde, solidariamente, por qualquer complicação que venha ocorrer com o paciente submetido aos procedimentos.

7.1.35. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas a quaisquer multas ou indenizações impostas à CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência da inobservância, por parte do pessoal alocado à execução dos serviços contratados, de leis, decretos, normas de segurança no trabalho, e regulamentos.

7.1.36. A apuração de eventuais fatos referentes à infração cometida pela contratada durante a execução do serviço, a exemplo dos dois subitens anteriores, será precedida de abertura de processo administrativo específico para apuração do fato ocorrido, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7.1.37. O processo de desinfecção química e térmica sobre os equipamentos é de inteira responsabilidade da Contratada, devendo dispor de produtos químicos pertinentes para tal, podendo ser de cunho diário, semanal, mensal, pós manutenção e de acordo com a periodicidade exigida nos manuais dos fabricantes ou legislações vigentes. Após a realização destas desinfecções, os profissionais da empresa deverão realizar testes e monitoramento com evidências de registro, com o propósito de demonstrar que todo o produto químico fora retirado sem riscos sobre o equipamento e estando apto para uso, estas requisitos se estendem tanto as máquinas de hemodiálise quanto ao sistema de tratamento de água portátil.

7.1.38. A contratada será responsável pela execução das manutenções preventivas, corretivas e desinfecções (conforme manual técnico do fabricante e normas vigentes) das osmose reversas, e estes deverão conter todos os registros pertinentes da execução, inclusive dispondo de todos os meios necessários para realização destes, e contendo de todos os consumíveis e produtos químicos para tal, sendo filtros de micras e carvão ativado, membranas, e produtos químicos.

7.1.39. A troca dos filtros deve ser feita em periodicidade recomendada pelo fabricante do equipamento e/ou da osmose reversa, devendo prevalecer a de menor prazo. Deve ser realizada a troca dos filtros da osmose sempre que necessário, independente se ocorrer em tempo menor que a previsão da próxima troca.

7.1.40. Deverá ser realizada a manutenção preventiva do equipamento de osmose reversa conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou trimestral. A cada preventiva a documentação deve ser encaminhada ao gestor do contrato.

7.2. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO:

7.2.1. O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação exigida. A CONTRATANTE fará uma inspeção minuciosa dos serviços executados, com profissionais técnicos e responsáveis pelo serviço assistencial do hospital, para verificar a conformidade e identificar ajustes necessários.

7.2.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.5. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.2.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.2.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá

providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.2.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.2.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades

7.3. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

7.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

7.3.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação e experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

7.3.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

7.3.4. Competirá ao Gestor e Fiscais do Contrato dirimirem as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

7.3.5. O Gestor e os Fiscais deverão conferir os relatórios dos serviços executados pela CONTRATADA, por ocasião da entrega das Notas Fiscais ou Faturas, e atestar a prestação de serviços, quando executados satisfatoriamente, para fins de pagamento.

7.3.6. O Gestor e os Fiscais serão designados por meio de Portarias publicadas pelo Boletim de Serviço da Empresa.

7.3.7. As relações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

7.3.8. A existência da FISCALIZAÇÃO de modo algum atenua ou exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a totalidade dos serviços contratados.

7.3.9. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o Preposto e um eventual substituto à CONTRATANTE, os quais devem estar disponíveis em dias e horários a serem pactuados, quando necessários, nas dependências da unidade CONTRATANTE e sempre acessível por meio de contato telefônico e e-mail nos demais dias e horários.

7.3.10. Os Fiscais, ao observarem quaisquer situações técnicas pertinentes, que considerem irregular, deverão manifestar sua discordância junto ao preposto designado pela CONTRATADA e comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato.

7.3.11. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionários, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

7.3.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual competem aos gestores da execução dos contratos, auxiliados pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as disposições do Art. 163 do RLCE 2.0.

7.3.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

7.3.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação.

7.3.15. A equipe de fiscalização contratual e a empresa contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

7.3.16. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.3.17. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3.18. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.3.19. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de

sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

7.3.20. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.3.21. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Contratante com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

7.3.22. A Contratada deverá indicar preposto, aceito pela Contratante, para representá-la durante a execução do contrato.

7.3.23. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

7.3.23.1. não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.23.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3.23.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3.24. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.25. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.26. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.27. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.28. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.3.29. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

PAGAMENTO:

8.1.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente executados.

8.1.2. O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, atestado por equipe de fiscalização ou servidor designado e encaminhado à UEOf, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

8.1.3. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência.

8.1.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.1.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) data de emissão;
- b) dados da Contratada, da Contratante e do contrato de prestação de serviço firmado;
- c) descrição dos serviços contratados;
- d) período de execução dos serviços;
- e) valor dos serviços executados;
- f) valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

8.1.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.1.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.1.9. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

8.1.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.1.11. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário

servidor ou empregado público da ativa da Contratante com fundamento no art. 18, inciso XI, da Lei n.º 15.231/2025.

8.1.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos da item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

8.1.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a EBSERH, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

a) constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

b) não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

c) persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

d) havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

e) será rescindido o contrato em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.1.14. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

8.2. **ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR:**

8.2.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via e-mail; por telefone ou via correspondência.

8.2.2. Por meio deste título, especificará os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

8.2.3. O controle de medição de avaliação de qualidade dos serviços será realizado por meio da avaliação de indicadores, conforme discriminado nas tabelas abaixo - Indicador 1 e 2.

8.2.4. Será acordado que as falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências. As falhas na qualidade dos serviços serão registradas pelos fiscais, conforme o tipo e o volume de falhas. A metodologia de cálculo para apuração do valor mensal devido a ser pago pela contratante à contratada, após avaliação do IMR, está disposto no Anexo V deste Termo de Referência.

8.2.5. Cada ocorrência deverá ser registrada pelo servidor fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências.

8.2.6. No final de cada período de avaliação, a Contratante, por meio do fiscal, elaborará um relatório final, descrevendo o total de ocorrências havidas durante o período. A avaliação será mensal e o relatório deve ser entregue pelos fiscais antes da emissão da nota.

8.2.7. Cada descumprimento de contrato é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências mensais, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto na nota fiscal.

8.2.8. A cada avaliação, o preposto da CONTRATADA deverá analisar os motivos que ensejarem descontos em virtude dos resultados da avaliação qualitativa realizada com a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, bem como adotar medidas para readequação das rotinas de prestação dos serviços e superação das inconformidades.

8.2.9. Com relação à fiscalização:

a) Ocorrências: falhas de qualidade que caracterizem descumprimentos do contrato ou que gerem prejuízos à contratante serão apontadas através de ocorrências registradas pelos fiscais em formulário padrão da Contratante, que em caso de danos ou de não regularização, serão objeto de penalidade.

b) Avaliação mensal contratual: mensalmente, os fiscais de contrato realizarão relatório qualitativo relativo aos serviços prestados, conforme formulário padrão da Contratante para avaliação gerencial e acompanhamento, os quais serão levados em consideração para fins de avaliação quanto à renovação contratual e ações gerenciais visando a melhoria da qualidade dos serviços.

c) Eventuais falhas/ocorrências justificadas pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento. A reincidência nas falhas de qualidade apuradas e descontadas através de IMR, não impede a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para fins de aplicação de sanção administrativa

8.2.10. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

8.2.11. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a Contratada, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.

8.2.12. Os resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado servirão de fator redutor para o cálculo do valor a ser pago, mensalmente, do objeto da prestação, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

8.2.13. Deverá ser efetuado, periodicamente, pela fiscalização, o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses que foram prestados os serviços.

8.2.14. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

8.2.15. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.

8.2.16. O cálculo do IMR será obtido por meio da aplicação da tabela abaixo:

INDICADOR Nº 1 - Prazo de atendimento das demandas (avaliações e procedimentos)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas do órgão, quanto às avaliações médicas e procedimentos, e de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente
2. Meta a cumprir	I - Programada para determinado dia e hora; II - 02 (duas) horas para urgências/emergências após enviada solicitação;
3. Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências, com atraso maior de 1 hora do horário estipulado (meta I) ou do prazo previsto de chegada (meta II);
4. Forma de acompanhamento	Pessoal, pela equipe de fiscalização
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve descumprimento de prazo de atendimento da demanda, em desacordo com as exigências previstas no Termo de Referência.
7. Início da vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
8. Cálculo do indicador 1	Sem ocorrências: 100% Uma ocorrência: 97% Duas ocorrências: 95% Três ou mais ocorrências: 90%
9. Observações	Esse indicador terá peso 1 no IMR final.

INDICADOR Nº 2 - Utilização inadequada ou ausência de insumos, materiais ou EPI's (equipamentos de proteção individual)	
Item	Descrição
1. Finalidade	Garantir a disponibilidade integral e a correta utilização dos insumos, materiais e EPI's necessários ao procedimento, para segurança dos pacientes e profissionais, assim como, observância das diretrizes e exigências sanitárias na aplicação de produtos de saúde regulados pela Anvisa.
2. Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência
3. Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências
4. Forma de acompanhamento	Pessoal, pela equipe de fiscalização
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve falhas relacionadas ao uso de materiais, seja por indisponibilidade ou não observância da legislação sanitária.
7. Início da vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
8. Cálculo do indicador 2	Sem ocorrências: 100% Uma ocorrência: 97% Duas ocorrências: 95% Três ou mais ocorrências: 90%
9. Observações	Esse indicador terá peso 1 no IMR final.

INDICADOR Nº 3 - Atendimento dos requisitos para execução do objeto constantes no Termo de Referência	
Item	Descrição
Termo de Referência - SEI - atualizado (57987850) SEI 23877.020518/2025-12 / pg. 16	

1. Finalidade	Garantir o pleno atendimento aos requisitos para execução do objeto definidos no Termo de Referência.
2. Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência
3. Instrumento de medição	Constatação formal das ocorrências
4. Forma de acompanhamento	Pessoal, pela equipe de fiscalização
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	Obter o número de ocorrências devidamente registradas no mês de referência em que houve descumprimento pela Contratada de quaisquer requisitos para execução do objeto, conforme definido no Termo de Referência e não contemplados nos demais indicadores do IMR
7. Início da vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
8. Cálculo do indicador 3	Sem ocorrências: 100% Uma ocorrência: 97% Duas ocorrências: 95% Três ou mais ocorrências: 90%
9. Observações	Esse indicador terá peso 1 no IMR final.

IMR FINAL	
Item	Descrição
1. Finalidade	Mensurar a qualidade do serviço prestado pela Contratada.
2. Meta a cumprir	Garantir a qualidade do serviço prestado
3. Instrumento de medição	Constatação dos indicadores
4. Forma de acompanhamento	Pessoal. Pela equipe de fiscalização contratual
5. Periodicidade	Mensalmente
6. Mecanismo de cálculo	$IMR = (Indicador\ 1 + Indicador\ 2 + Indicador\ 3) \div 3$
7. Início da vigência	A partir da data da assinatura do contrato.
8. Faixas de ajuste no pagamento	Indicador final = 1 : 100% do pagamento; $0,97 \leq \text{Indicador final} < 1$: 97% do pagamento; $0,95 \leq \text{Indicador final} < 0,97$: 95% do pagamento; $0,90 \leq \text{Indicador final} < 0,95$: 90% do pagamento.
9. Observações	O IMR será utilizado para o redimensionamento do pagamento devido à Contratada. Sem prejuízo desse ajuste, o descumprimento reiterado dos níveis de serviço ensejará a aplicação de sanções administrativas (tópico 13) e poderá motivar a rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 159, I, do RLCE 2.0.

8.2.17. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão de plano de ações corretivas pela fiscalização da Ata visando orientar a contratada para a melhoria contínua.

8.2.18. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

8.2.19. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico avaliar periodicamente a execução do objeto da prestação.

8.2.20. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.20.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.20.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.2.20.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.21. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

8.2.21.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo Termo de Referência - SEI - atualizado (57987850) SEI 23877.020518/2025-12 / pg. 17

8.2.21.2. não configure descaracterização do objeto contratado.

8.2.22. A alteração visa aprimorar a aferição da qualidade e da eficiência da execução do objeto contratual, em alinhamento com as necessidades supervenientes da Administração, o desenvolvimento tecnológico do mercado ou as alterações nas regulamentações técnicas e sanitárias.

9. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, por meio **TRADICIONAL**, de acordo com inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

10.1.1. O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o menor preço por grupo.

10.1.2. Esta licitação é composta por 1 (um) grupo formado por 6 (seis) itens. No entanto, será observado critérios de aceitabilidade, no qual serão observados para aceitação da proposta os valores máximos/estimados unitários para os itens 1,2,3,4,5 e 6 deste certame. Não podendo ser aceitos os preços acima do valor unitário estimado (ACÓRDÃO Nº 3706/2024 - TCU - 1ª Câmara).

10.2. INTERVALO ENTRE LANCES:

10.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,75%.

10.3. MODO DE DISPUTA:

10.3.1. O modo de disputa adotado para este certame será **ABERTO E FECHADO**, observado as especificações contidas no instrumento convocatório.

10.4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

10.4.1. Para participação nesse pregão deverão ser observados:

a) As previsões constantes no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;

b) A Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que esta disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partesrelacionadas>;

c) A participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018;

d) E o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

10.4.2. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:

10.5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

10.6. As empresas do ramo deverão estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, bem como comprovar que atendem às exigências do Termo de referência quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira. Os documentos que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF poderão deixar de ser apresentados

10.6.1. HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES):

O cadastro CNES serve para identificação e acompanhamento de todo o sistema de saúde brasileiro. A Portaria de Consolidação MS nº 1/2017 estabelece no seu art. 361, que o cadastramento e a manutenção dos dados cadastrais no CNES são obrigatórios para que todo e qualquer estabelecimento de saúde possa funcionar em território nacional, devendo preceder aos licenciamentos necessários ao exercício de suas atividades, bem como às suas renovações.

II - Registro ou inscrição da empresa licitante em conselho profissional devidamente reconhecido por entidade competente, válido na data da licitação:

a) Apresentar comprovante de registro ou inscrição da pessoa jurídico junto ao Conselho Regional de Medicial (CRM), bem como registro dos profissionais responsáveis junto aos respectivos conselhos profissionais (CRM e COREN), válidos na data da licitação, nos termos da legislação aplicável. (O médico nefrologista irá atuar como Responsável Técnico) - Exigências feitas no momento da contratação.

b) Apresentar comprovante de registro de profissional enfermeiro, especializado em nefrologia, devidamente registrado no COREN que responda pela equipe de enfermagem;

c) Apresentar comprovante de registro de profissional do técnico de enfermagem, especializado em diálise, devidamente registrado no COREN - Exigências feitas no momento da contratação.

III - Atestado de capacidade técnica:

Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a execução do objeto correspondente a no mínimo 50% da quantidade total de sessões.

Podem ser apresentados mais de 1 atestado para somatório da quantidade solicitada.

O Atestado deve comprovar a execução dos serviços de plasmáfereze, diálise peritoneal, hemofiltração/hemodiafiltração e de hemodiálise (Contínua e/ou prolongada) e podem ser enviados os contratos correspondentes ao atestado para complementar as informações dos atestados.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme contrato social vigente.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

IV - **Alvará de licenciamento sanitário:**

Apresentação de Alvará de Licenciamento Sanitário vigente, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente (estadual, municipal ou do Distrito Federal), que autorize o funcionamento do estabelecimento para a prestação de serviços de Unidade móvel de terapia renal substitutiva, nos termos do inciso I do artigo 10º da Lei nº 6.437/1977, da Lei nº 8.080/1990, do artigo 4º da RDC ANVISA nº 11/2014, bem como da legislação sanitária local aplicável;

a) Caso o Alvará Sanitário esteja vencido ou, no momento da análise documental, dentro do mês de vencimento, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede.

b) Caso a licitante seja dispensada do Alvará Sanitário, a mesma deverá apresentar documento que comprove a isenção.

V - **Responsável técnico:**

Comprovação de que licitante possui, em seu quadro de pessoal, na data da licitação, Responsável Técnico legalmente habilitado e com registro no Conselho Regional de Medicina, com apresentação do Certificado de especialidade (nefrologia) devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe, RG e CPF do responsável técnico pelo serviço:

A comprovação de vínculo profissional do responsável técnico se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a empresa como contratante, do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

a) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e/ou do livro de registro;

b) Sócio/Diretor: cópia do contrato social da licitante ou da ata de eleição ou, ainda, cadastro do SICAF;

c) Autônomo: cópia de contrato de prestação de serviços ou Recibos de Pagamento a Autônomo - RPA;

d) Contratação futura de profissional: declaração de disponibilidade para execução do serviço, acompanhada de declaração de anuência do profissional, caso a empresa venha a sagrar-se vencedora no certame.

10.6.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA**

10.6.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.6.2.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.7. **PROPOSTA:**

10.7.1. Durante o pregão eletrônico, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

a) Descrição Detalhada do item;

b) Identificação do CATSER;

c) Unidade de Medida

d) Quantidade Ofertada

e) Preços Unitários e Preços Totais;

f) Prazo de validade, quando aplicável;

g) Registro na Anvisa conforme Habilitação - Qualificação Técnica, quando aplicável;

10.7.2. Após a fase de lances, a licitante deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

10.7.2.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

10.7.3. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

10.7.4. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

11. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

11.1. O custo estimado da contratação ficará mantido em sigilo a teor do art. 34, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e art. 7º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), ao qual foi aberto processo de precificação 23877.020919/2025-72.

12. **DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

12.1. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos;

12.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.

12.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.1.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.1.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.1.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.1.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

12.1.14. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

12.2. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

12.2.1. **GERAIS:**

I - Dar fiel cumprimento ao estabelecido como objeto da contratação, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

II - Executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais; sem quaisquer adicionais e taxas extras, no início e/ou durante a execução do contrato e sem nenhum ônus para a Contratante;

III - Informar os contatos dos responsáveis pelo atendimento das solicitações da CONTRATANTE, contendo nome completo, e-mail e telefone.

IV - Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

V - Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

VI - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

VII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.

VIII - Poderá aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, durante a sua vigência (§ 1º, do art. 81, da lei 13.303/2016).

IX - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

X - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

XI - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

XII - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XIII - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato.

XIV - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XV - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XVI - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

XVII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XVIII - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XIX - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

XX - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

XXI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.2.2.

ESPECIFICAS:

I - Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas e condições deste Termo, obriga-se ainda a CONTRATADA a atender pela RDC Anvisa nº 11, de 13 de março de 2014.

II - Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

III - A Contratada deve atender as solicitações de segunda a domingo, 24h por dia, com prazo máximo de 1 hora para procedimentos regulares previamente agendados e 2 horas para urgências, a partir do momento da solicitação.

IV - Emitir laudos e pareceres pertinentes ao objeto da contratação, inclusive na forma de consultoria, quando solicitado.

V - Emitir parecer e realizar acompanhamento médico nefrológico aos procedimentos solicitados pelo IPPMG, bem como a apresentação da proposta terapêutica dialítica, a qual deverá ser apresentada e definida juntamente com o médico responsável pelo paciente.

VI - Realizar o registro dos procedimentos e evoluções pertinentes junto ao prontuário do paciente.

VII - Os protocolos clínicos por indicação e procedimentos de hemodiálise deverão estar em consonância com os existentes validados pela Sociedade Brasileira de Nefrologia.

VIII - Apresentar a descrição das verificações de qualidade realizadas garantindo a adequada operação das máquinas de hemodiálise e dos sistemas de tratamento de água, conforme solicitação da contratante.

IX - Manter pessoal habilitado, obrigatoriamente uniformizado, devidamente identificado através de crachás com fotografia recente e fazendo uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

X - Realizar e descrever as práticas de limpeza e desinfecção de equipamentos e áreas de trabalho após cada sessão.

XI - Utilizar empregados habilitados e com profundo conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

XII - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

XIII - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

XIV - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XV - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

XVI - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

XVII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XVIII - Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

XIX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

XX - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

XXI - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- XXII - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- XXIII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- XXIV - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta dispensa de licitação.
- XXV - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- XXVI - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- XXVII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.
- XXVIII - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- XXIX - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, insumos, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- XXX - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- XXXI - Repor no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer objeto/utensílios do Hospital Universitário e/ou de terceiros, que tenha sido danificado pelo uso inadequado ou extraviado por seus empregados.
- XXXII - Fornecer todos os insumos e materiais necessários para a realização dos procedimentos observando as exigências sanitárias e legais para sua utilização.
- XXXIII - Fornecer equipamentos de higiene e segurança do trabalho aos seus empregados, no desempenho de suas funções, exercendo fiscalização para sua efetiva utilização e responsabilizando-se pelo rigoroso cumprimento das normas inerentes à segurança e saúde do trabalhador e relacionadas às atividades desenvolvidas.
- XXXIV - Disponibilizar profissionais devidamente habilitados e capacitados, apresentando-se ao IPPMG uniformizados e devidamente identificados, por meio de crachá com foto, provendo-os de equipamentos de proteção individual - EPI's e demais materiais necessários ao desempenho de suas atividades.
- XXXV - A contratada deverá disponibilizar uma escala mensal de sobreaviso, contendo nome dos profissionais com respectivos contatos telefônicos e números de registros no conselho de classe respectivo.
- XXXVI - Responsabilizar-se civil e criminalmente pela cobrança de qualquer valor dos pacientes oriundos do SUS, sendo que tal prática motivará a exclusão imediata do profissional e sua denúncia às autoridades políticas e judiciárias.
- XXXVII - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- XXXVIII
- Assegurar que os prestadores de serviço: I - Mantenham sigilo quanto às informações confidenciais, referentes aos pacientes, de que tiver conhecimento no desempenho de suas funções; II - Guardem absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente e jamais utilizar seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade.
- XXXIX - A CONTRATADA responde, solidariamente, por qualquer complicação que venha ocorrer com o paciente submetido aos procedimentos.
- XL - A CONTRATADA deverá arcar com as despesas relativas a quaisquer multas ou indenizações impostas à CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência da inobservância, por parte do pessoal alocado à execução dos serviços contratados, de leis, decretos, normas de segurança no trabalho, e regulamentos.
- XLI - A apuração de eventuais fatos referentes à infração cometida pela contratada durante a execução do serviço, a exemplo dos dois subitens anteriores, será precedida de abertura de processo administrativo específico para apuração do fato ocorrido, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- XLII - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- XLIII - Disponibilizar meios de comunicação para dar suporte seja online (e-mail) e por telefone para qualquer eventualidade relacionada a prestação do serviço, inclusive dúvidas.
- XLIV - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- XLV - Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização por parte do CH-UFRJ - filial EBSEERH, através de seus órgãos de controle, promovendo fácil acesso aos serviços em prestação, bem como atender prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização
- XLVI - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.
- XLVII - Adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços de acordo com as normas internas do CH-UFRJ - filial EBSEERH.
- XLVIII - Se o CH-UFRJ - filial EBSEERH relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da contratada, tal fato não a liberará das demais obrigações.
- XLIX - A omissão eventual do CH-UFRJ - filial EBSEERH, no desempenho de suas atribuições fiscalizadoras, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as

seguintes sanções:

13.2. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.3. **Multa:**

13.3.1. *Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dia. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;*

13.3.2. *Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;*

13.3.3. *Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida*

13.3.4. *Compensatória e/ou moratória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;*

13.3.5. *0,07% (sete centésimos por cento) do valor anual do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.*

13.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.6. As sanções previstas nos subitens 13.2 e 13.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	04

Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
12	Entregar no prazo os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências e dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida pela equipe de fiscalização	01

13.8. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 13.8.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.8.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.8.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.8.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 13.8.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.8.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 13.8.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 13.8.8. Não mantiver a proposta;
- 13.8.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.8.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

13.11. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

13.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

14.1. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o incisos I do art. 184 do RLCE 2.0.

14.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

- A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 dias úteis, contados da data em que for notificada.
- Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.4. Será considerada extinta a garantia:

14.4.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.4.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.6. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

15.1. O prazo de garantia dos serviços do Serviço de Terapia de Substituição Renal será exclusivamente o estabelecido pela garantia legal, em conformidade com o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

Parágrafo Único: A Contratada deverá refazer, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Esta obrigação perdurará durante a vigência da garantia legal e não exclui a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante ou a terceiros.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

16.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

16.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

16.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
 - II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
 - III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
 - V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
 - VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
 - VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.
- Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

16.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

- I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;
- VI - relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

16.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, devem ser observadas:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- e IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

16.6. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

(...)

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.

16.7. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

17. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

17.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a cargo do CH-UFRJ/Ebserh, cujo elemento de despesa específico deverá constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela autoridade competente.

18.2. Os dados referentes aos recursos orçamentários constarão na Declaração de Disponibilidade Orçamentária.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

19.1. DA SUBCONTRATAÇÃO:

19.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

19.1.2. Optou-se pela vedação integral da subcontratação, tendo em vista que o objeto contratado consiste em serviço assistencial de Terapia de Substituição Renal, de alta complexidade e risco clínico elevado, essencial à manutenção da vida dos pacientes e prestado de forma contínua em ambiente hospitalar.

19.1.3. A subcontratação acarretaria fragmentação da execução do serviço, dificultando o controle técnico, a padronização de protocolos assistenciais, a fiscalização contratual e a clara definição de responsabilidades técnicas, com potencial prejuízo à segurança do paciente.

19.1.4. Ademais, embora possa haver variações no número de pacientes atendidos ao longo do tempo, tais oscilações ocorrem no âmbito de um mesmo estabelecimento hospitalar e demandam pronta resposta assistencial, integração contínua da equipe e disponibilidade permanente de recursos humanos e materiais, não se revelando compatíveis com a adoção de subcontratação.

19.1.5. Assim, não se identificam, no caso concreto, vantagens operacionais relevantes que justifiquem a permissão de subcontratação, tornando a vedação medida adequada, necessária e proporcional, em consonância com o entendimento do TCU (Acórdão nº 2450/2025 - Plenário).

19.2. DO CONSÓRCIO:

19.2.1. Não será aceito o consórcio, tendo em vista que o consórcio somente se demonstra adequado quando não há empresas isoladas capazes de atender às exigências editalícias. Isto porque as coligações despersonalizadas ocorrem quando cada consorciado, por razão técnica ou econômica, não detém capacidade individual de fornecer o objeto licitado.

19.2.2. A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender ao edital. Portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria diminuição da competitividade e impossibilitaria a contratação da proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não

haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

21. **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

21.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- 21.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- 21.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 21.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- 21.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 21.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 21.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 21.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

21.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- 21.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 21.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 21.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 21.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

22. **MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

22.1. Para este objeto não será utilizado matriz de gerenciamento de risco e sim apenas análise de riscos. A Lei 13.320/2016 Art. 42, Inciso X, define que matriz de riscos é cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, sendo somente obrigatória nas contratações de execução de obras e serviços de engenharia, pelos regimes de contratação semi-integrada e integrada, sendo facultativa nos demais casos.

23. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

23.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 23.2.1. Anexo I - Declaração de realização de vistoria (SEI 56405081)
- 23.2.2. Anexo II - Declaração de opção de dispensa de realização de vistoria (SEI 56405084)
- 23.2.3. Anexo III - Termo de Recebimento Provisório (SEI 56405086)
- 23.2.4. Anexo IV - Termo de Recebimento Definitivo (SEI 56405087)

23.3. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela autoridade da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Coordenador: Karina de Ferran- Médica - Chefe da Divisão Médica 2 - SIAPE: 144****;
Integrante Requisitante : Roberta Ceciliano Bastos - Médica - SIAPE: 194****;
Integrante Técnico: Franklin Prado Hernandez - Médico Nefrologista Pediátrico - SIAPE: 127****;
Integrante Técnico:Roberta de Oliveira Jaime Ferreira Lima dos Santos - Chefe da divisão de enfermagem - Matrícula/SIAPE: 134****;
Integrante Administrativo: Ariane Muniz Magalhães Maia - Assistente em Administração - Chefe da Unidade de Planejamento de Compras - SIAPE: 231****;
Integrante Administrativo: Gabriela de Faria Vilela - Assistente Administrativo - SIAPE: 346****.

Portaria - SEI 1059 , de 26 de novembro de 2025 (55641793)

2. Diante da necessidade dos serviços exposta e da manifestação da área técnica, corroboro a avaliação de que a contratação de serviços para realização de terapia de substituição renal nas unidades de internação do IPPMG do Complexo Hospitalar UFRJ, inclusive quanto a forma de seleção de fornecedor, representa a alternativa mais factível para suprir à realidade de demandas e as necessidades do CH-UFRJ/Ebserh;

3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos;

4. Encaminhe-se à Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

Roberta Rodrigues Coelho

Superintendente Administrativa CH UFRJ/EBSERH

Portaria - SEI nº 589, de 21 de outubro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA DE FARIA VILELA, Assistente Administrativo**, em 11/02/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariane Muniz de Magalhaes Maia, Chefe de Unidade**, em 11/02/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karina de Ferran, Chefe de Divisão**, em 11/02/2026, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arnauld Kaufman, Chefe de Unidade**, em 11/02/2026, às 14:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57987850** e o código CRC **CC063918**.

Referência: Processo nº 23877.020518/2025-12 SEI nº 57987850